

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Carlos Alberto Richa
Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL
Cassio Taniguchi
Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES
Gilmar Mendes Lourenço
Diretor-Presidente

Emilio Kenji Shibata
Diretor Administrativo-Financeiro

Julio Takeshi Suzuki Júnior
Diretor do Centro de Pesquisa

Daniel Nojima
Diretor do Centro Estadual de Estatística

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti
Supervisão editorial

Léia Rachel Castellar
Diagramação

Claudia Ortiz
Revisão de texto

Stella Maris Gazziero
Projeto gráfico

ECONOMIA PARANAENSE: COMPETITIVIDADE E DESAFIOS

*Gilmar Mendes Lourenço**

Em reuniões realizadas no princípio da atual gestão do governo estadual, nas dependências da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e dos Institutos Lactec, com a participação de secretários de Estado, dirigentes de empresas públicas e autarquias, e respectivas assessorias, discutiram-se as razões de o Paraná ter perdido o trem da expansão da economia brasileira, entre 2003 e 2010, e as providências a serem adotadas para a reversão daquela situação adversa.

Mais especificamente, enquanto o produto interno bruto (PIB) do Estado cresceu 3,8% ao ano, o do País aumentou 4% a.a., naquele intervalo, o que resultou em declínio da contribuição regional para o esforço produtivo nacional de 6,4%, em 2002, para 5,8%, em 2010.

Na verdade, apesar de ser detentor de vantagens competitivas flagrantes em comparação com a maioria dos espaços subnacionais, como localização geográfica estratégica, disponibilidade de mão de obra qualificada e oferta adequada de infraestrutura de energia elétrica e comunicações, o Paraná foi varrido do mapa referencial das escolhas preferenciais dos potenciais investidores, nacionais e internacionais, por conta de uma espécie de represamento regional da demanda por inversões.

Tal fenômeno pode ser imputado, conforme avaliações eminentemente técnicas, à conjugação de algumas fraquezas emergentes, com destaque para a reduzida presença e interferência do Estado na esfera federal, a relação conflituosa entre as instâncias políticas e os atores produtivos locais, a oferta meramente protocolar de um regime de incentivos fiscais e a deterioração do aparato de infraestrutura, particularmente de transportes.

A premência de enfrentamento e superação do panorama desolador exigiu, do executivo estadual, o desencadeamento de uma planejada, meticulosa e arrojada empreitada de articulação entre as forças políticas e sociais atuantes no Paraná, visando à construção das bases para a intensificação da diversificação da matriz regional de produção e comercialização, conectada com as modernas e complexas cadeias globais e nacionais e com acentuado grau de interiorização geográfica. Afinal de contas, os fatores de mudanças deveriam ser redescobertos e transformados em oportunidades.

* Economista, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Daí o surgimento do Programa Paraná Competitivo que, essencialmente, propiciou a dilação do prazo de recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), por parte das empresas elegíveis, em um período de dois a oito anos. O montante a ser quitado, em regime de postergação, também poderia variar, entre 10% e 90%, de acordo com a localização geográfica dos empreendimentos e o volume de empregos criados.

Mais que isso, o Paraná Competitivo sintetizou o núcleo de um novo marco institucional no Estado, âncora para os acordos e contratos celebrados entre governo e demais atores sociais e, por extensão, a restauração da segurança jurídica e de um clima favorável à multiplicação dos negócios por essas paragens.

Ao mesmo tempo, a equipe de planejamento governamental empenhou-se na imediata e consistente preparação de projetos para a desobstrução dos gargalos na infraestrutura econômica e social paranaense, passíveis de cobertura financeira pelas entidades multilaterais de crédito (bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento) e agências públicas brasileiras.

Nesse *front*, o Estado acusou sucessivas derrotas, ao esbarrar, de forma perene e crescente, em toda a sorte de barreiras erguidas pela administração federal, com a colaboração decisiva de representantes paranaenses no Palácio do Planalto e no Senado da República, pouco comprometidos com a defesa de bandeiras e prioridades manifestadas pela sociedade local, mesmo com as operações já aprovadas pelas entidades prestadoras dos recursos.

A despeito disso, as iniciativas *made in* Paraná ensejaram a formação dos requisitos mínimos indispensáveis ao processo de recomposição e modernização da malha de transportes, com expressiva presença da iniciativa privada, em diferentes modais, o que resultou na retomada das obras dos trechos pedagiados e de recuperação das rodovias estaduais, e no retorno dos investimentos no porto de Paranaguá, entre outros avanços.

Não por acidente, o Paraná contabilizou portfólio de mais de R\$ 35 bilhões em projetos de investimentos industriais privados, nacionais e multinacionais, atraídos pelo Programa Paraná Competitivo, entre fevereiro de 2011 e dezembro de 2014, contra pouco de mais de R\$ 16 bilhões entre 2003 e 2010. Trata-se da maior carteira do País, quando realizado o exercício de cotejo com a amplitude econômica estadual, replicado para as outras unidades federativas.

O ambiente virtuoso pode ser ainda melhor entendido a partir da observação das estatísticas do mercado de trabalho. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi registrado saldo líquido de 388 mil contratações formais no Paraná entre janeiro de 2011 e outubro de 2014. Foi a quarta maior geração de vagas com carteira assinada do País, sendo 71,1% delas contabilizadas no interior, contra 60,8% entre 2003 e 2010, o que sinaliza o delineamento, ainda que incipiente, de um processo de desconcentração geográfica do produto social.

Na mesma balada, a terceira edição do *ranking* de gestão e competitividade dos estados brasileiros, referente ao ano de 2014, preparada pela empresa de pesquisa da revista britânica The Economist, apurou que o Paraná suplantou o Rio Grande do Sul e Minas Gerais em clima de negócios e capacidade de atração de investimentos, entre 2011 e 2013, passando da quinta para a terceira posição no certame nacional, ficando atrás apenas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Conforme aquele trabalho, o Paraná é o primeiro estado brasileiro em ambiente econômico, exibindo avanços nas exportações do agronegócio, na renda *per capita*, nos dispêndios realizados pelo setor

privado em pesquisa e desenvolvimento, na qualidade da rede de comunicações e da malha rodoviária e nos estímulos fiscais direcionados às políticas ambientais.

Não é difícil perceber que o Estado vem perseguindo, a partir do começo de 2011, a recuperação, de modo sincronizado entre governo e atores privados, de um conjunto de mecanismos e instituições capazes de assumir funções de autênticas molas propulsoras em estágios de reativação da rota de impulsão dos níveis de atividade nacionais. Mais precisamente, nos últimos quatro anos a sociedade paranaense resgatou o desejo do desenvolvimento, e o governo, de forma conversada e transparente, restaurou os instrumentos capazes de assegurar o suprimento dessa vontade coletiva.

Por tudo isso, o Paraná atravessa um momento bastante privilegiado de transformação de sua fisionomia econômica e social – com reduzido paralelo no País –, que encontra precedentes na história regional apenas na revolução infraestrutural da década de 1960, na modernização agrícola e agroindustrial e implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da Refinaria da Petrobras em Araucária, nos anos de 1970, e no ciclo de diversificação, liderado pelas montadoras, entre 1995 e 2002.

Porém, como nenhuma instância federada pode representar o papel de ilha de prosperidade em um oceano de crise, o Estado começou a identificar, especialmente a partir do segundo semestre de 2013, algumas pedras no caminho do desenvolvimento do tecido econômico e social, cuja remoção precisa ser rápida e criteriosamente preparada. Em outras palavras, o panorama adverso que vem assolando a matriz produtiva nacional, desde o princípio de 2011, e que parecia poupar unidades com sólidas âncoras financeiras e políticas, se reproduziu com força por aqui.

A instabilidade chegou ao Paraná em consequência do contágio exercido pela morosa recuperação da economia mundial, mais precisamente do *default* financeiro de 2008, pela queda das cotações internacionais das *commodities* agrícolas e pela ausência de uma orientação macroeconômica consistente do executivo federal, notadamente depois de agosto de 2011, quando começou a ser aplicada uma política econômica intervencionista que inibiu o investimento.

O quadro negativo foi agravado localmente pelo caos produtivo e inflacionário da Argentina, importante destino das vendas externas do Estado, e pela estiagem do final de 2013 e começo de 2014, que ocasionou redução da renda derivada da safra de verão, notadamente as lavouras de milho e de soja, não compensada pelo excelente desempenho apresentado pelas culturas de inverno.

Tanto é assim que após três anos ininterruptos de expansão, o aparelho econômico operante no Paraná amargou resultados medíocres em 2014. O produto interno bruto (PIB) regional variou apenas 0,3% entre janeiro e setembro, contra 0,2% para a média nacional, ancorado no setor de serviços, o que define um padrão de crescimento qualitativamente inferior. Isto depois de ter evoluído 3,8% ao ano entre 2011 e 2013, *versus* acréscimo de 2,1% a.a. para o agregado brasileiro.

Na mesma linha, a produção da indústria recuou 6,1% no Estado, no período de janeiro a outubro de 2014, contra declínio de 3% para o País, com o Paraná encabeçando a performance cadente brasileira, puxada pelos segmentos mais articulados ao agronegócio e aos parques de material de transporte e eletrônico, máquinas e equipamentos e produtos químicos.

Aliás, a retração na indústria é, ao mesmo tempo, causa e consequência da fragilização das trocas comerciais do Estado com o resto do mundo, evidenciada por redução de 10,1% do valor das exportações e de mais de 7,7% das cifras de importações, no resultado acumulado entre janeiro e novembro de 2014, *versus* diminuição pouco superior a 6,1% e 4,3%, respectivamente, para o Brasil.

É prudente reconhecer, em uma atmosfera tão inóspita, tratar-se de um fenômeno conjuntural, motivado, em grande medida, por fatores que escapam ao controle dos agentes econômicos e políticos paranaenses. De fato, a eliminação dos componentes de perturbação e a otimização dos pontos fortes à retomada da escalada econômica do Paraná requerem o acionamento conjugado de alguns aspectos estruturais.

No plano nacional emerge a necessidade de concretização do rearranjo da gestão de curto prazo da macroeconomia, que promova o controle da inflação, das finanças públicas e das contas externas, e de encaminhamento das reformas institucionais, essenciais à elevação da produtividade da base produtiva do País.

Em escala regional, surge a premência de minimizar a ainda forte concentração industrial na RMC, mesmo com os esforços públicos e privados para uma maior disseminação geográfica do crescimento econômico. Há que sublinhar também a busca de ampliação da complementaridade industrial, sobretudo nos ramos metalmeccânico e eletroeletrônico, na tentativa de uma maior internalização dos efeitos dinâmicos do parque automotivo, atraído ao Paraná entre 1995 e 2002 e 2011 e 2014. A busca de articulação com o SEBRAE e o SINDIMETAL, para o alargamento da rede regional de fornecedores e subfornecedores, seria um passo interessante.

Será altamente desejável o prosseguimento das ações de recuperação das estruturas de planejamento público e de fomento econômico e social. Nessa linha, valeria a pena insistir na execução de programas dirigidos ao fortalecimento das vocações e o desenvolvimento de aptidões das regiões e municípios, especialmente aqueles detentores de reduzida densidade industrial e/ou de indicadores sociais inferiores à média do Estado.

Tal tarefa poderia ser maximizada com as múltiplas e pulverizadas incursões da Fomento Paraná, a inserção e presença financeira do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e a participação pulverizada da rede de universidades e faculdades estaduais, capaz de engendrar a identificação de projetos viáveis para o reforço das vantagens desfrutadas por algumas regiões e a superação do marasmo ou estagnação de outras.

Ainda nesse sentido, parece essencial o melhor aproveitamento da natureza interiorizadora dos empreendimentos infraestruturais e agroindustriais, tendo, para estes últimos, a indispensável colaboração das cooperativas que carregam incontáveis atributos. Entre eles, vale grifar o domínio da oferta de matérias-primas, a enorme capacidade de industrialização, a atuação semelhante às grandes corporações, em gestão, produção e mecanismos de capitalização, o maior coeficiente de geração de emprego por unidade de capital investido, e a operação regionalizada, o que facilita a identificação de oportunidades e a eficiente alocação de recursos em integração e verticalização, mais próxima dos locais de origem da produção.

Mostra-se relevante a multiplicação de investimentos em áreas de vanguarda científica e tecnológica e em qualificação de mão de obra, mirando a elevação da produtividade, notadamente do trabalho, em um ambiente estrutural de escassez desse fator, explicado especialmente pelas intensas transformações demográficas que atingem o País.

Estas, expressas pelas quedas nas taxas de fecundidade e, por extensão, diminuição da população em idade ativa, e pela ampliação da expectativa de vida e do contingente de idosos, constroem o crescimento econômico, comprimem as somas financeiras, públicas e privadas, destinadas ao investimento, e elevam a participação de gastos com saúde e previdência social nos orçamentos dos estados.

É imprescindível também perseguir o abrandamento das limitações da capacidade de gasto e investimento público, por meio de programas e iniciativas voltadas à redução estrutural de despesas e melhoria da eficiência arrecadatória. O Tesouro Estadual vem enfrentando percalços financeiros nada desprezíveis, especialmente desde o segundo semestre de 2013, pressionado por algumas fontes episódicas de alargamento de dispêndios, como a impulsão do montante da folha de salários dos funcionários públicos, devido a majorações inerciais, herdadas da gestão antecedente.

Tal restrição foi maximizada com a priorização à educação e a contratação de mais de 17 mil profissionais de ensino, em menos de três anos, a ampliação da jornada extraclasse e a promoção da equalização salarial dos professores com os demais servidores de nível superior do governo do Estado.

O panorama fiscal menos empolgante também sofreu influência do menor incremento do potencial de receita tributária, estimado em mais de R\$ 2 bilhões, em decorrência dos efeitos da redução dos encargos federais incidentes sobre as tarifas de energia elétrica (principal fonte de ICMS no Estado), da extinção da contribuição de intervenção sobre o domínio econômico (CIDE), cobrada sobre comercialização de combustíveis, e da queda dos repasses do fundo de participação, provocada pelo declínio da arrecadação do IPI, consequência da diminuição das alíquotas para uma cesta de bens de consumo duráveis e de materiais de construção.

Adicione-se a interferência do exíguo empenho de representantes paranaenses, integrantes da administração federal, nas tarefas de reversão da tendência decrescente das despesas da União no Estado, mesmo com a abundância de propostas e projetos, e obtenção de autorização da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para a liberação dos financiamentos aprovados junto às entidades multilaterais de crédito e ao BNDES.

Não obstante, o endividamento do governo paranaense, estimado em R\$ 15 bilhões, compromete menos de 60% da receita corrente líquida, sendo a menor proporção entre as unidades do Sul e do Sudeste brasileiro (exceto Espírito Santo), contra 86,5% em 2010, 78,4% da média nacional, e mais de 150% para Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Por esse indicador, o Estado estaria apto ao recebimento das garantias e autorizações federais para a finalização dos atos de contratação dos empréstimos pleiteados desde o início de 2011, cruciais para a elevação da taxa de investimento público.

Exatamente por isso, a reativação econômica sustentada do Paraná também depende da inversão do quadro de tímida influência regional na órbita federal, imprescindível à implementação de aprimoramentos na oferta de infraestrutura econômica e social, incluindo físicos, além daqueles vinculados à ciência e tecnologia, com pronunciada presença e participação do setor privado. Só assim será factível a diminuição do Custo Paraná e a ampliação da eficiência produtiva da microeconomia do Estado.

Nessa perspectiva, torna-se vital maior dedicação a uma empreitada de gestões mais incisivas para a recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), extinta em 1990, junto com a instituição do fundo de desenvolvimento regional, uma das saídas para a minimização da anomalia representada pelo fato de o Paraná ser o 5.^o Estado brasileiro em arrecadação de tributos e apenas o 24.^o em investimentos federais.